

# Apoio a que fazem jus os condutores da política econômica

Sabem os nossos leitores que sempre temos dado um crédito de confiança para a aplicação na prática de idéias inspiradas pela necessidade de promover a modernização do País e temos adotado uma posição positiva com relação a programas às vezes ousados para resolver os problemas estruturais de nossa economia. Há algum tempo, porém, estamos convencidos de que pouco ou quase nada se poderá fazer naquela direção, sem que, primeiro, a economia nacional possa ser reorganizada, a partir de princípios de austeridade nos gastos e racionalidade administrativa, ainda que impliquem um refreamento provisório do ritmo de expansão econômica.

Dentro desse espírito é que desejamos expressar o nosso inteiro apoio à ação que vêm desenvolvendo, como responsáveis pela condução da política econômica, os ministros da Fazenda, Mailson Ferreira da Nóbrega, e do Planejamento, João Batista de Abreu. Poucas vezes o País tem tido a felicidade de contar nesses altos postos com dois técnicos de reconhecida competência, com os quais muitas empresas privadas

gostariam de contar em seus quadros e que vêm trabalhando de forma tão afinada com vistas a um reordenamento da economia neste momento crucial.

Como o público tem verificado, apesar do bom encaminhamento das principais questões econômicas, a alta cúpula econômica se vê a braços com uma multiplicidade de obstáculos, muitos deles artificialmente criados, para que possam dar continuidade à sua tarefa. Referimo-nos às iniciativas de constituintes para concessão de perdão de dívidas, reintegração no serviço público de funcionários, depois de terem sido anistiados, reivindicações salariais de servidores, partidas mesmo de quem não se esperava que viesse a apresentá-las, e até recusa de determinados estados em saldar débitos junto à União.

Os responsáveis pela condução da política econômica precisam de força, paciência e determinação para resistir a essa verdadeira barragem de fogo voltada contra uma política que não representa mais do que um esforço, ditado pelo bom senso, de recolo-

car a casa em ordem, como forma de assegurar a estabilidade tão reclamada para que as empresas possam voltar a investir e a criar empregos.

E toda essa ofensiva ocorre justamente em um momento em que já se podem vislumbrar os resultados das medidas de contenção postas em prática nos últimos meses. Falando a linguagem dos fatos, não podemos deixar de citar uma inflação relativamente estabilizada, ainda que em nível elevado; a coragem do atual governo em dar conteúdo real ao programa de privatização de empresas; a conversão de dívidas em capital de risco, que vem ultrapassando todas as expectativas e promete tornar-se uma poderosa alavancas para novos investimentos; e a balança comercial, que, nos primeiros cinco meses deste ano, já apresenta um saldo de US\$ 6,7 bilhões, garantindo um superávit de US\$ 13 bilhões a US\$ 15 bilhões ao fim deste ano. E, como tem sido notado, a virada da conta de comércio, a partir do ano passado, não ocorreu, como no período 1983/84, em razão, principalmente, da compressão

das importações, mas de um vigoroso impulso à exportação.

Paralelamente, depois de meses de indefinição, de idas e vindas de ministros e altos funcionários do Banco Central ao exterior, o governo estruturou um programa para possibilitar um acordo, prestes a ser divulgado, com os credores externos, com o respaldo do Fundo Monetário International (FMI).

Os ministros Mailson da Nóbrega e João Batista de Abreu — nada nos impede de dizê-lo — vêm imprimindo um rumo correto à economia e terão êxito se sua ação não for cerceada por motivos políticos. A eles cabe, de fato, a responsabilidade de fazer cumprir a promessa do presidente José Sarney no início de junho, quando a Assembléia Nacional Constituinte lhe conferiu cinco anos de mandato, de impor rigorosa austeridade nos gastos públicos e restaurar a confiança na economia, ao mesmo tempo que conduz a bom termo a transição democrática.

Essa unidade de propósitos não pode ser quebrada e o presidente da República tem dado provas de que não o permitirá.